

VIOLÊNCIA EXTRAECONÔMICA? A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E A ORIGEM DO CAPITALISMO EM MARX E WEBER

Gabriel Valle Sayão¹

Resumo: Tendo em vista um interesse crescente na categoria da “acumulação primitiva” e em suas continuidades e complementaridade, procuro fazer neste artigo uma pequena revisão do conceito e expandi-lo. Marcadamente o interesse na “acumulação primitiva” vem de autoras/es marxistas em diversas disciplinas. Para expandir o conceito dentro da sociologia articulo os textos marxianos com os textos de Max Weber sobre a origem do capitalismo. Mais do que um momento da História que passou, a “acumulação primitiva” se torna um mecanismo contínuo dentro do capitalismo moderno. As aproximações/distanciamentos de Weber em relação a Marx auxiliam na compreensão da “violência extraeconômica” como ponto nodal para a sociedade capitalista em seus diversos momentos, inclusive nos dias de hoje.

Palavras-chave: Acumulação primitiva; Violência extraeconômica; Teoria Sociológica.

Abstract: In view of a growing interest in the category of "primitive accumulation" and in its continuities and complementarity, I seek to make a small review of the concept in this article and expand it. Markedly the interest in "primitive accumulation" comes from Marxist authors in various disciplines. To expand the concept within sociology, I articulate Marxian texts with Max Weber's texts on the origins of capitalism. More than a moment in history that has passed, "primitive accumulation" becomes a continuous mechanism within modern capitalism. Weber's approximations/distancing from Marx help us to understand "extra-economic violence" as a nodal point for capitalist society in its various moments, including today.

Keywords: Primitive accumulation; Extra-economic violence; Sociological Theory

1. Introdução

¹ Mestre e doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ). Integrante do CIDADES – Núcleo de Pesquisa Urbana do PPCIS/UERJ. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. E-mail: gabrielvsayao@gmail.com.

Ao longo das últimas duas décadas vimos uma mudança na interpretação do conceito da acumulação primitiva nas discussões marxistas. No capítulo 24 (“A assim chamada acumulação primitiva”) de “O Capital”, Karl Marx nos descreve um processo histórico de formação do capitalismo na Inglaterra. A expulsão dos camponeses de suas terras, a centralização da administração da vida social e do capital, bem como a formação da figura do “trabalhador livre” fazem parte deste processo. Deve ser dado aqui um destaque para o papel do Estado e do uso da violência tanto estatal quanto privada. Ao longo de quase cinquenta páginas temos uma narrativa historicamente densa desse processo e de sua importância para o surgimento do capitalismo. Talvez em função dessa densidade ou de suas diferenças em relação à obra no seu todo (como veremos depois) o capítulo vinte e quatro do primeiro livro de “O Capital” foi lido durante muito tempo, especialmente na primeira metade do século XX, somente como uma descrição histórica de como se deu o surgimento do capitalismo.

Entretanto, nas últimas décadas diversas(os) autoras(es) ao redor do mundo estão trazendo uma nova leitura sobre este capítulo. Para além de uma descrição do que ocorreu em um momento específico e que permitiu o surgimento do capitalismo, a acumulação primitiva se encontra atualmente como um possível mecanismo que se repete ao longo da história mesmo que em contextos (e formas) distintos.

Ao mesmo tempo, Max Weber nos apresenta uma das teses mais célebres da história da sociologia que ficou conhecida como a “tese da ética protestante”. Em seus textos de 1904-05 e, depois na edição de 1920, Weber narra o surgimento do *ethos* capitalista (e do próprio *capitalismo moderno*) através dos desenvolvimentos das doutrinas protestantes (principalmente a calvinista) nas questões dos bens espirituais, da noção de vocação e do processo de racionalização da vida cotidiana. Ao mesmo tempo, veremos como Weber adereça os componentes institucionais da formação do capitalismo através de sua História geral da economia (1923).

Este trabalho divide-se em quatro blocos: introdução; uma rápida recapitulação sobre o conceito da acumulação primitiva nos termos de Marx e sobre a origem do capitalismo tanto em Marx quanto em Weber; uma tentativa de abordar o ressurgimento da categoria da acumulação primitiva (e suas outras versões como, por exemplo, a “acumulação por desposamento” cunhada por David Harvey) procurando entender quais questionamentos atuais levaram a isso e como esses questionamentos podem ser utilizados também para relermos a obra de Weber e; conclusões finais. O objetivo principal do texto é procurar compreender como

a “natureza” do capitalismo é descrita e conceituada nestas obras clássicas e como ele pode ser reconceituado na atualidade.

2. Origens do capitalismo

2.1 “A assim chamada acumulação primitiva”

Vimos como o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzido mais-valor e do mais-valor se obtém mais capital. Porém, a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” (“*previous accumulation*”, em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é o resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida (MARX, 2013, p. 785).

Comentado [1]: adicionei

Segundo Breiner (2015), Adam Smith em seu “A riqueza das nações” apresenta a sua “acumulação primitiva” em dois momentos. No primeiro, a acumulação primitiva que possibilita o capital é derivada da divisão do trabalho. Pessoas com capacidades e posições diferentes apresentam resultados de lucros diferentes. Esse primeiro momento é encerrado em si mesmo já que não responde como surge a divisão do trabalho. O segundo momento é justamente quando Smith argumenta que a divisão do trabalho surge das diferenças naturais e da própria “propensão da natureza humana” a se especializar em algo que gosta (2015, p. 15).

David Harvey aponta em seu livro “Para entender o capital” (2015, p. 277) que os capítulos 24 e 25 de “O Capital” apresentam uma ruptura em relação ao resto do livro. Até tais capítulos as teses liberais de Adam Smith são tratadas como aceitas por Marx. Entretanto, no capítulo 24, Marx procura desfazer a tese liberal da “acumulação primitiva”. Nas descrições smithianas, o processo histórico do surgimento do capitalismo, do lucro e da empresa é visto como um processo idílico no qual o ser humano ao perseguir seus desejos pessoais desenvolve o mercado.

Marx nos aponta durante o capítulo uma contraversão dessa história. Através da narração de Smith, o capitalismo ganha uma aura de “natural”, uma consequência da “natureza humana”. Essa versão explica a gênese do empregador, aquele que acumula capital o suficiente para contratar trabalhadores que, por sua vez, não possuem “propensão natural” para se arriscar nas vicissitudes do *business*. Nesta contraversão, Marx procura confrontar a teoria de Smith

frente aos movimentos históricos que construíram as condições materiais para o surgimento do capitalismo. E ao fazê-lo, desvela um processo extremamente violento, em suas palavras:

Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílio. Direito e “trabalho” foram, desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se sempre, é claro, “este ano”. Na realidade os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos” (MARX, 2013, p. 786).

O autor começa seu capítulo justamente com o tópico “[o] segredo da acumulação primitiva” e tal segredo reside na violência. Aqui, o caso inglês é usado para ilustrar o processo histórico. Vejamos em maior detalhe os “métodos” da acumulação primitiva. O primeiro deles é a “expropriação da terra”. Segundo Marx, já na segunda metade do século XIV a maior parte da população inglesa era de camponeses livres com diversas modalidades de títulos de posse. Porém, a posse era sempre ligada ao senhor feudal (e, no futuro, o proprietário). Dentro desta classe (camponeses) as relações com a terra eram, normalmente, de dois tipos. No primeiro e mais comum, o camponês trabalhava parte de seu tempo livre na propriedade de seu senhor. No segundo, o camponês era um trabalhador assalariado. Mesmo no segundo caso, entretanto, os camponeses “além de seu salário, recebiam terras de 4 ou mais acres para o cultivo, além de *cottages*” (2013, p. 789). Ainda existiam também as terras comuns para gado, extrativismo e caça. Ou seja, camponeses eram parcialmente os possuidores de seus meios de produção e reprodução.

Entretanto, como nos narra Marx, a partir do “florescimento da manufatura flamenga de lã e o consequente aumento dos preços da lã” (*ibidem*, 2013, p. 790), os senhores feudais começaram a aumentar as áreas destinadas à pastagem. Uma nova geração da aristocracia inglesa já começava a analisar seu papel e poder em relação à posse de dinheiro e não mais em relação à quantidade de súditos em seu território como em épocas passadas. Segundo o autor:

[...] foi o grande senhor feudal que, na mais tenaz oposição à Coroa e ao Parlamento, criou um proletariado incomparavelmente maior tanto ao expulsar brutalmente os camponeses das terras onde viviam e sobre as quais possuíam os mesmos títulos jurídicos feudais que ele quanto ao usurpar-lhes as terras comunais (*ibidem*, 2013, p. 790).

Obviamente, tanto a Coroa quanto o Parlamento reagiram durante séculos à oposição dos senhores feudais. Ao longo dos séculos XV até o XVII seguiram-se um conjunto de editos

e leis que procuraram proteger a propriedade camponesa. Porém, sua eficiência foi muito limitada. O processo de expropriação das terras comunais continuou tendo sido potencializado pela Reforma. A Igreja Católica perdeu seus bens que na Inglaterra do período tomavam uma “grande parte do solo inglês” (2013, p. 793). Por um lado, o desaparecimento dos monastérios jogou os monges em uma situação de proletarização. Por outro, a Reforma acabou com medidas da Igreja que reservavam parte de suas terras para camponeses empobrecidos.

Se até o século XVII a Coroa e o Parlamento tentaram proteger a propriedade comunal no século XVIII vemos uma flexão nessa conduta. A partir das “*Bills for Inclosures of Commons*” o Parlamento inglês passa a legislar a favor da expropriação do campesinato. E com isso o que era um “processo que se efetua por meio de atos individuais de violência, contra os quais a legislação lutou, em vão, durante 150 anos” se torna agora institucionalizado e generalizado. Por último ocorre o chamado *clearing of estates* (clareamento das propriedades rurais). O “*clearing*” se dava através da eliminação de populações inteiras, seja de terras ancestrais (como a dissolução das terras pertencentes aos clãs celtas na Escócia) ou mesmo de populações que já tinham sido remanejadas. Ocorreu nesse período uma separação ainda mais profunda entre a população camponesa e sua moradia. A destruição de *cottages* e a expulsão de populações entre outras medidas violentas levaram à transformação das terras que antes eram destinadas à reprodução social em locais mais produtivos ao gosto dos mercados internacionais.

Enquanto o processo de expropriação camponesa permitiu a concentração fundiária e abriu novos caminhos para o lucro mercantil, o campesinato seguiu o caminho contrário. Cada vez mais privado dos meios de sustento, não encontra outro caminho a não ser a cidade ficando entre a proletarização, a mendicância e o crime. A proletarização era a opção que permitia a entrada dessas pessoas no mercado de trabalho. Entretanto, a disciplina exigida para o trabalho da fábrica e da manufatura era completamente diferente da socialização antiga. Isso acabava distanciando tais indivíduos desse trabalho extremamente duro e demandante. Uma quantidade considerável de pessoas acabava fora do mercado e, assim, aumentando o valor do trabalho. Para lidar com essa população que não só constituía um problema social, mas também econômico à medida que diminuía o “exército de reserva” um conjunto de legislação foi construído, as chamadas “leis sanguinárias”. Desde o século XV essas medidas variavam bastante de século a século, sendo desde punições físicas àqueles que se recusavam a trabalhar até mesmo a condenações de escravidão. Este é o processo de formação da mão de obra operária na Inglaterra, nas palavras de Marx, “a população rural, [...] sendo expulsa e entregue à

vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força dos açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado” (2013, p. 808).

Além das condenações pessoais e físicas havia ainda outro conjunto de medidas que delimitavam o salário máximo a ser oferecido (e que prescrevia punições tanto para o empregador quanto para o trabalhador, apesar de mais severas para o trabalhador) e, por último, leis contra a formação de associações e organização de trabalhadores.

Até aqui Marx descreveu o processo de formação do “trabalhador livre” no capitalismo moderno. Vejamos agora o que ele nos fala sobre a formação do capitalista. Novamente, eram várias as formas de relação entre o senhor feudal e seus súditos antes (antes do século XV) do surgimento do arrendatário propriamente dito. Marx destaca duas: o *bailiff* e o *metayer*. O primeiro é uma espécie de “capataz” dos servos, apesar de ser ele mesmo um servo. O *metayer* por sua vez já possui uma relação contratual com o *landlord*, no qual o senhor cede material produtivo (sementes, ferramentas...) e o trabalhador entra com o trabalho, dividindo o resultado de acordo com o contrato. Já no século XV surge a figura do arrendatário que “aluga” a terra do *landlord* mediante contrato pagando em produto ou em dinheiro. As mudanças econômicas do século XVI permitiram a esses arrendatários um crescimento relevante. A queda do valor dos metais nobres, por exemplo. Considerando que os contratos dos arrendatários eram longos (quase um século, frequentemente), o preço de seus aluguéis não era corrigido enquanto suas mercadorias eram. Além disso, a revolução agrícola e a expropriação das terras comunais permitiram um crescimento na produtividade de seus empreendimentos, surgindo uma classe de “arrendatários capitalistas” que já se relacionavam com os donos da terra enquanto locadores e com os camponeses como patrões. Enquanto isso, as populações expropriadas obrigadas a adentrarem no mercado de trabalho forneciam um mercado interno para suas mercadorias. No campo, o arrendatário se tornou o patrão (e com isso ocorreu o fim dos dias nos quais o camponês administrava seu tempo em função de suas necessidades), na cidade a manufatura o obrigava à disciplina e qualquer opção além dessas (como a mendicância) era vetada pela força. Por isso, Marx assinala que “[o] ponto de partida que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista foi a subjugação do trabalhador” (2013, p. 787).

Marx reconhece a existência de dois tipos de “capital” durante a Idade Média, o “capital usurário” e o “capital comercial”. Porém, “[o] regime feudal no campo e a constituição corporativa nas cidades impediram o capital monetário, constituído pela usura e pelo comércio,

de se converter em capital industrial” (2013, p. 820). Uma vez libertados destes limites tais capitais puderam financiar novos investimentos, especialmente em empreendimentos coloniais. Outro escape para tais capitais (e que aumentou em importância ao longo do tempo) foi a criação do sistema de crédito e da dívida pública. A dívida pública aparece para Marx como uma “alienação do Estado” que faz com que a riqueza se transforme, “com um toque de varinha mágica, ela [a dívida pública] infunde força criadora no dinheiro improdutivo e o transforma, assim, em capital, sem que, para isso, tenha necessidade de se expor aos esforços e riscos inseparáveis da aplicação industrial” (2013, p. 824). Escravidão, colonialismo e dívida pública foram pedras necessárias para a construção do capitalismo segundo a análise marxiana.

Agora podemos ver como o “segredo” da acumulação primitiva é mais do que o meio (violência). Assim também, ele não é, somente, um processo de criação de capital através do acúmulo de riquezas, mas sim um processo complexo de diferenciação entre as classes. De um lado, o trabalhador expropriado de seus meios de produção, em primeiro do espaço da lavoura, depois da própria moradia com a destruição dos *cottages* e a subsequente necessidade de alugar, e, por último, com o processo de centralização transformando a manufatura e a oficina na fábrica. Do outro lado, os proprietários que através de atos de “violência extraeconômica direta” (2013, p. 808-809) contra seus súditos e depois com a exploração propriamente econômica se estabeleceram como uma nova classe. Segundo Marx:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (2013, p. 786).

Por último, a lição que Marx abstrai do desenvolvimento do capitalismo através dos processos de expropriação é de que a expropriação se modifica e que os expropriadores estariam fadados a serem eles mesmos expropriados. Os métodos de expropriação afetariam a concentração de capital e mediante a concorrência entre capitalistas que acabariam por expropriar uns aos outros. Entretanto, Marx termina seu capítulo em uma nota positiva onde ressalta a possibilidade da expropriação da classe burguesa pelas mãos do proletariado.

2.2 Max Weber entre a “Ética protestante” e a “História geral da economia”

Weber publica ao longo de 1904-05 os artigos que se tornariam “A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo” (com grandes adições na segunda edição de 1920), onde o autor apresenta a tese de que a origem do capitalismo (ao menos do capitalismo moderno) resultou da ascese cristã protestante (2004, p. 164). A motivação da busca pelos bens de salvação e a marca da escolha divina teriam originado o comportamento e a atitude austera necessária à acumulação de capital na figura da *vocação*. O conceito protestante de *vocação*, a dedicação total a uma profissão como dever divino, segundo Weber seria a responsável pelo *ethos* capitalista moderno onde a vida gira em torno do trabalho, “[o] puritano *queria* ser um profissional – nós *devemos* sê-lo” (2004, p. 165). No esquema weberiano a racionalização posta em movimento pela Reforma é expandida para outras esferas enquanto dissolve as limitações éticas do acúmulo de dinheiro (em direta confrontação com a teodiceia medieval). Diversas críticas foram levantadas à publicação de 1904-05 levando Weber às adições de 1920. Destaco aqui especialmente uma modificação. Na edição de 1920, Weber passou a qualificar o termo capitalismo com o termo “moderno”, por vezes em oposição a um “capitalismo aventureiro” (2004, p. 67). Vejamos um pouco sobre eles.

De acordo com Weber, o capitalismo não deve ser confundido com a busca pelo lucro, que se encontraria presente em todas as sociedades, classes etc. Não só a busca ilimitada pelo lucro não se identifica com o capitalismo como, na verdade, as limitações podem até fazer parte do mesmo, “[a] ganância ilimitada de ganho não se identifica, nem de longe, com o capitalismo, e menos ainda com seu ‘espírito’. O capitalismo, pode eventualmente se identificar com a restrição, ou pelo menos com uma ‘moderação racional desse impulso irracional’” (1996, p. 17). Assim, o capitalismo moderno distanciado daquele “capitalismo aventureiro” definido em termos do “oportunismo político e pela especulação irracional” (2004, p. 67), se define na verdade pela busca do lucro também, mas “do lucro sempre renovado por meio da empresa permanente, capitalista e racional” (1996, p. 17). O que diferenciaria o capitalismo moderno é, portanto,

A organização industrial racional, voltada para um mercado regular e não para as oportunidades especulativas de lucro, tanto políticas como irracionais, não é, contudo, a única peculiaridade do capitalismo ocidental. A moderna organização racional das empresas capitalistas não teria sido possível sem dois outros fatores importantes em seu desenvolvimento: a separação dos negócios da moradia da família, fato que domina completamente a vida econômica e, estritamente ligada a isso, uma contabilidade racional (1996, p. 07).

Comentado [2]: adicionei

Comentado [3]: Versão 1996 ou 2004?

Mas quais são as condições prévias para o surgimento desse capitalismo racional moderno? Para isso, devemos consultar o Weber da “História geral da economia” de 1923 (obra postumamente publicada). Seriam cinco condições necessárias: 1) a “*apropriação de todos os bens materiais de produção (...) como propriedades de livre disposição por parte das empresas lucrativas autônomas*” (2006, p. 258), a possibilidade de se trocar os bens de produção (terra, maquinaria, etc.) no mercado; 2) *liberdade de mercado*, que nos termos weberianos significa o desaparecimento de limitações irracionais ao mercado e à troca, como limitações de compra de terra por algum grupo social ou, por outro lado, prescrições de comportamentos por parte de corporações ou qualquer outro comportamento extra-econômico; 3) *técnica racional*, que significa contabilizável e mecanizada; 4) “*Direito racional*, isto é, direito calculável”, na construção weberiana isso é traduzido na questão da certeza jurídica, ou seja, os agentes sociais possuem a expectativa de que seus direitos serão *provavelmente* atendidos; 5) *trabalho livre*, tanto no sentido jurídico (não poderem ser submetidos à escravidão ou à servidão) quanto no sentido econômico (não possuidores de bens); 6) *comercialização da economia*, “o uso geral de títulos de valor para os direitos de participação nas empresas, e, do mesmo modo, para os direitos patrimoniais” (2006, p. 259), aqui Weber indica a capacidade de se vender as *probabilidades* de alguém receber lucro, surgindo aqui também a figura da especulação.

Vejamos de forma comparativa as construções presentes em “O Capital” e na “História Geral da Economia”. Quando comparamos as premissas do “capitalismo moderno” com a descrição dada por Marx ao longo do capítulo 24 é difícil não enxergar similaridade. Vejamos ponto por ponto. Para Weber a separação é essencial para que os bens materiais de produção tenham se tornado mercadorias para serem disputadas em concorrência. Enquanto isso, Marx narra justamente o processo de transformação da propriedade comum (e dos diversos títulos feudais) em uma mercadoria apropriada pelo capitalista. Muito similar também é a noção de um mercado livre que eliminou as diferenças impostas pela hierarquia feudal e tradicional. Agora, a noção de *técnica racional* e de *direito racional* na teoria weberiana não encontra uma correspondência exata na “assim chamada acumulação primitiva”. Na construção marxiana a *calculabilidade* não é uma questão elementar já que, por exemplo, a noção de capital usurário ou mercantil utilizava-se de um sistema de contabilidade nem tão preciso. Assim também, é difícil falar de um cálculo preciso nos empreendimentos coloniais, mesmo os mais avançados como a Companhia das Índias Orientais.

Enquanto isso, a noção de trabalho livre talvez seja um dos pontos de maior convergência. Nas palavras de Weber,

Trabalho livre, isto é, que existam pessoas, não somente no aspecto jurídico, mas no econômico, obrigadas a vender livremente sua atividade num mercado. Luta com a essência do capitalismo (sendo, então, impossível seu desenvolvimento), o fato de que falte uma camada social deserdada, e necessitada, portanto, de vender sua energia produtiva, e, de modo igual, quando existe somente trabalho livre. Apenas sobre o setor do trabalho livre resulta possível um cálculo racional do capital, isto é, quando, existindo trabalhadores que se oferecem com liberdade, no aspecto formal, mas realmente estimulados pelo látego da fome (2006, p. 259)

Porém, Weber exclui aqui a esfera da, nas palavras de Marx, “violência extraeconômica”. A classe trabalhadora livre para Marx não é somente a obrigatoriedade de trabalhar para poder acessar os bens de sobrevivência (que agora só podem ser fornecidos pelo mercado), mas também pelo disciplinamento direto, seja na fábrica seja na prisão. Por último, Marx também nos descreve a formação do sistema de títulos como essencial, porém, com outra ênfase. Enquanto Marx foca na importância externa do sistema de ações e títulos (especialmente da dívida pública) para os empreendimentos coloniais, Weber parece estar enfatizando o papel desse sistema para a calculabilidade do empreendimento capitalista.

3. A continuidade da “violência diretamente não econômica”

Como dito acima, nas últimas décadas o meio acadêmico, especialmente aqueles identificados com o marxismo, estão produzindo uma releitura sobre a acumulação primitiva e seu capítulo. Não procurando negar ou refutar o caráter de descrição histórico se questiona a permanência dos processos de acumulação de capital por meios diferentes da extração de mais-valia do trabalhador, especialmente os métodos violentos. Seria irresponsável falar dessa reconfiguração do conceito de “acumulação primitiva” sem falar da obra de Rosa Luxemburgo.

Sua teoria do imperialismo destacava a importância da violência para a acumulação capitalista. Segundo Luxemburgo (2003, p. 432), a relação entre o setor de produção de bens de consumo e o setor de bens de produção seria uma relação instável quando vista por um ponto de vista nacional. O dilema, segundo a autora, seria de um lado o capitalista acumular capital não o gastando enquanto o outro capitalista não poderá realizar sua mais-valia se não vender. Assim, um mercado interno é necessário (porque a classe capitalista não seria suficiente para manter o gasto e o reinvestimento), mas também não é suficiente. Por isso, haveria a

necessidade contínua de expansão imperialista para a abertura de novos mercados que só é possível mediante a violência. Esta dinâmica criaria uma diferença na forma de acumulação nos países capitalistas (exploração de mão de obra) e nos não capitalistas (violência direta, expropriação e colonialismo). Aqui o imperialismo e o colonialismo não são uma questão de política externa ou mesmo de busca desenfreada por lucro, mas uma necessidade do capitalista.

David Harvey é um dos autores na atualidade que buscam recuperar o legado de Luxemburgo. Harvey aponta que a violência não somente foi importante como continua sendo um processo relevante na atualidade. Quando há excesso de trabalho (desemprego) e excesso de capital (materializado em mercadorias), que não pode ser corrigido por ajustes temporais (investimentos de longo prazo) e/ou ajustes espaciais (como abertura de novos mercados), “Harvey afirma que a acumulação passa a recorrer a outros meios, a acumulação por desposamento” (GONÇALVES & COSTA, 2020, p. 15). Ou seja, em situações de crise o capitalismo retorna a empregar os métodos da acumulação primitiva (*ibidem*, p. 15). Assim, segundo Harvey, tudo aponta para que a acumulação por desposamento deva se tornar um mecanismo extremamente relevante ao longo do século XXI (2015, p. 298). Obviamente, na opinião do autor, “[a] ideia de que as políticas da acumulação primitiva – e, por extensão, da acumulação por desposamento – pertencem exclusivamente à pré-história do capitalismo é errada” (*ibidem*, 2015, p. 299).

Para algumas autoras a formulação de Harvey ainda pode levar a uma compreensão dicotômica do capitalismo. Virginia Fontes, por exemplo, critica Harvey ao dizer que a noção de acumulação por desposamento pode levar a uma ideia equivocada de um “capitalismo normalizado” cuja acumulação se dá somente por meios econômicos. Ela defende o ponto de que o capitalismo, especialmente periférico, nunca renunciou aos métodos da acumulação primitiva (*apud* GONÇALVES & COSTA, 2020, p. 24). Isso aumenta bastante com métodos de expropriação mais recentes como o patenteamento da vida e a mercantilização da natureza (MIES & SHIVA, 2014) ou a abertura de mercados para a venda de dados ou ainda a chamada *sharing economy*.

Agora, o que esta discussão atual traz de positivo para acrescentar à obra de Weber? As questões que trouxeram a acumulação primitiva ao centro de certos debates também trazem perguntas para a tradição weberiana. Por exemplo, os tipos-ideais weberianos não se pretendem mutuamente excludentes. Assim, podemos vislumbrar um “capitalismo aventureiro” sobreposto a um “capitalismo moderno”. Entretanto, a descrição de Weber do “capitalismo

aventureiro” é em larga escala a de um tipo-ideal irracional, o que não é o caso dos novos métodos de acumulação primitiva. Aliás, vários dos métodos descritos por Marx já não poderiam ser chamados de irracionais (no próprio sentido weberiano) constantes de uma produção calculável. Assim, estamos diante de outro tipo de capitalismo? A exclusão da violência da esfera econômica parece consideravelmente impossível na atualidade. Nesse ponto, devemos recordar que para o próprio Marx “[a] violência extraeconômica direta, continua, é claro, a ser empregada, mas excepcionalmente” (2013, p. 808-809). Para os dois autores, a violência não entra necessariamente na conta. Certamente, a cisão entre economia e violência é maior em Weber. O que coloco é, na atualidade, a noção de um “capitalismo normalizado” com um projeto de certeza jurídica (GONÇALVES & COSTA, 2020, p. 17) parece se afastar. A tradição marxista parece estar fazendo um movimento considerável no sentido de trazer a violência para dentro dos mecanismos próprios do capitalismo. A tradição weberiana pode também se aproveitar do mesmo, no sentido de reelaborar o significado da violência para a economia. Para além de uma celeuma sobre se a origem do capitalismo foi violenta ou não, o que significa a continuidade da violência na ordem atual?

4. Considerações finais

Ao final, podemos perceber que assim como uma nova bibliografia marxista retoma a acumulação primitiva em termos de continuidade da violência como elemento econômico, assim também podemos vislumbrar um movimento similar partindo da obra weberiana. Entretanto, tal exercício possui algumas dificuldades.

Devemos nos perguntar nesse momento sobre a própria complementaridade entre as obras de Weber e Marx. Como vimos, a descrição das premissas para o surgimento do capitalismo moderno é consideravelmente similar. Mesmo assim, parecem versões opostas. Agora, “O Capital” constitui uma versão da história do capitalismo? Adorno e Horkheimer (2006), por exemplo, discordam dessa posição. Ao lermos o livro de Marx como uma crítica imanente da produção e ideologia da economia política de sua época, a hipótese de uma complementaridade entre Marx e Weber parece mais forte. Se aceitarmos como premissa que “O Capital” constitui uma crítica imanente, então o capítulo vinte e quatro se torna uma espécie de desmonte da tese liberal da acumulação prévia. Entretanto, a complementaridade faz mais sentido quando comparamos “O Capital” com a “História Geral da Economia”.

Devemos lembrar ainda que o próprio Weber em “A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo” nos alerta que não pretende opor uma versão idealista a uma versão materialista. Randall Collins (1980, p. 941) parece acreditar que Weber refuta a “acumulação primitiva” como origem do capitalismo. Isso me parece correto, mesmo que suas premissas sejam bem similares. Afinal, para Weber todas as premissas expostas não passam de premissas, não podendo ser o determinante para o surgimento do capitalismo. Mas me pergunto, qual seria a opinião de Weber se confrontado com uma acumulação primitiva enquanto mecanismo do capitalismo (moderno)?

Referências:

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. **“Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos”**. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006

BREINER, Peter. “Weber’s the protestant ethic as hypothetical narrative of original accumulation”. **Journal of Classical Sociology**, vol. 5, p. 11-30, 2015.

COLLINS, Randall. “Weber’s last theory of capitalism: a systematization”. **American Sociological Review**, vol. 45, p. 925-942, 1980.

GONÇALVES, Guilherme Leite & COSTA, Sérgio. **“Um porto no capitalismo global: Desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro”**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY, David, **“Para entender o capital – Livro I”**. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUXEMBURG, Rosa; **“The accumulation of capital”**. 1º ed. Londres: Routledge, 2003.

MARX, Karl; **“O Capital: Crítica da economia política”**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIES, Maria & SHIVA, Vandana; **“Ecofeminismo”**. Barcelona: Icaria, 2014.

WEBER, MAX, **“A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo”**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

_____, **“História geral da economia”**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

_____, Introdução in **“A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo”**, Lisboa: Editora Presença, 1996.